

MINIPÚBLICO

Jovens e Segurança
na Cidade de São Paulo

CARTA DE RECOMENDAÇÕES MINIPÚBLICO "JOVENS E SEGURANÇA NA CIDADE DE SÃO PAULO"

Financiamento: FAPESP

Realização: delibera, ReCoS Rede Conhecimento Social, CEBRAP centro brasileiro de análise e planejamento, FIA Business School Quem sabe lidera.

Ficha Técnica

Realização: Delibera Brasil, Rede Conhecimento Social, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)
Apoio: FIA Business School
Financiamento: FAPESP (Processo nº 23/15272-8)

Equipe Técnica:

Delibera Brasil
Diretoras Executivas: Silvia Cervellini e Fernanda Império
Facilitação: Carol Nascimento
Comunicação: Brendo Hoshington

Rede Conhecimento Social
Diretoria Executiva: Marisa Villi
Diretoria de Projetos: Harika Maia
Coordenação: Cláudia Pessoa
Mobilização: Ana Rita Sbragia e Thomas Cardoso
Comunicação: Karina Hernandes e Ruth Carvalho
Administração: Fabiana Freitas e Lorrana Silvano

CEBRAP
Presidente: Adrian Gurza Lavalle
Pesquisador Responsável: José Veríssimo
Pesquisador: Guilherme Mattas Garcia

GRUPO DE CONTEÚDO
Major Arley Topalian
Danielle Tsuchida
Emmanuel de Oliveira
Felippe Angeli
Gustavo Barreto
Izabela Correa
Olívia Cristina
Cabo Felipe Gonçalves

SUMÁRIO

I - Introdução 4

II - Um grupo diverso e questões difíceis 6

III - Nossos principais consensos 8

IV - Nosso trabalho no Minipúblico 9

V - Possibilidades e pontos de vista sobre atuação da polícia para São Paulo 13

- Eixo I - O papel e atuação da Polícia Militar e da Guarda Civil 13
- Eixo II - Uso da Força 14
- Eixo III - Ferramentas digitais e reconhecimento facil 17
- Eixo IV - Segurança e policiamento comunitário 20

Assinam esta carta 22



I - INTRODUÇÃO

Nós somos um grupo de jovens moradores da cidade de São Paulo sorteados para discutir e deliberar sobre a segurança pública em nossa cidade, a partir da perspectiva da juventude. Somos jovens com experiências diferentes, que vivem, estudam, trabalham e circulam por diferentes regiões da cidade como Butantã, Campo Limpo, Cachoeirinha, Cidade Tiradentes, Guaianases, Freguesia do Ó, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, M'Boi Mirim, Lapa, Penha, Pinheiros, Sé, Santo Amaro e Vila Mariana. Ao longo deste processo, tivemos a oportunidade de ouvir especialistas e diferentes atores envolvidos na segurança pública, conhecer informações sobre a cidade e, principalmente, compartilhar nossas próprias experiências.

Criados no maior centro urbano do Brasil, nos reunimos para responder a uma pergunta: ***Que atuação das polícias queremos para tornar a cidade de São Paulo mais segura?*** Para respondê-la, precisamos primeiro refletir sobre o que significa sentir-se seguro em uma cidade tão grande e diversa como a nossa.

Durante nossas discussões, percebemos que não existe um único significado para a segurança. Há situações em que estamos diante de um risco concreto, como um assalto ou um roubo. Em outras, a insegurança aparece de outra maneira. Pode estar relacionada ao medo, à sensação de desproteção ou à necessidade de permanecer constantemente em estado de alerta. Também entendemos que um mesmo lugar pode ser vivido de formas muito diferentes por pessoas diferentes.

Ao discutirmos lugares e espaços onde nos sentimos seguros e inseguros, percebemos que as respostas são múltiplas, e vão desde espaços públicos e privados, como ruas, praças, parques, escolas, universidades, estações de metrô, terminais de ônibus, shoppings, restaurantes, bibliotecas, até nossas próprias casas. Alguns lugares foram considerados seguros por uns e inseguros por outros. Isso nos fez perceber que a segurança não depende somente do lugar em si, mas também das circunstâncias e de quem está ocupando aquele espaço. Uma universidade pode oferecer proteção por meio da segurança privada, mas também pode produzir desconforto quando alguém é abordado ou tratado como se não pertencesse àquele lugar. Um parque pode representar lazer e convivência durante o dia e causar insegurança à noite.

Observamos que a sensação de segurança na cidade está relacionada à forma como diferentes territórios são vistos e tratados, sobretudo pelas polícias. Bairros periféricos são muitas vezes associados à insegurança por quem não vive neles, enquanto seus moradores podem construir outras relações com o território e encontrar formas próprias de proteção. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a ausência ou a insuficiência da atuação do poder público em determinados territórios também produz insegurança.

As mulheres também relataram experiências particulares de insegurança. Elas precisam, muitas vezes, adotar cuidados que não são exigidos dos homens da

mesma maneira. Pensar no trajeto, escolher como voltar para casa, avaliar quem está por perto e utilizar estratégias de segurança fazem parte da rotina de muitas mulheres. O medo da violência produz uma atenção constante e nos faz questionar a segurança e atuação das polícias em camadas diversas. Essas vivências foram associadas não apenas ao medo, mas também à raiva, à tristeza, à impotência, à injustiça e à sensação de desproteção. Precisar estar sempre alerta para voltar para casa em segurança foi percebido como uma forma de restrição à liberdade viver plenamente na cidade.

Também reconhecemos que os policiais estão sujeitos a situações de risco durante o exercício de sua função. Por isso, consideramos que a segurança dos profissionais que atuam nas forças policiais faz parte da discussão sobre segurança pública. A proteção da população é prioridade, mas os policiais também precisam ter sua segurança garantida.

A partir dessas discussões, chegamos a alguns consensos que consideramos fundamentais para pensar e deliberar medidas para a segurança pública em São Paulo. Ao mesmo tempo, ressaltamos que, em questões mais específicas, nem sempre foi possível chegar a um entendimento comum. Mesmo quando houve consenso sobre determinado tema ou recomendação, alguns de seus aspectos mobilizaram posicionamentos e opiniões divergentes. Por isso, optamos por registrar neste documento os dissensos que foram levantados ao longo dos nossos encontros.

Nesse ponto, uma das participantes destacou que:

> *"É importante esclarecer o esforço da organização do Minipúblico para equilibrar a diversidade política entre as pessoas sorteadas, de forma que nenhum grupo tivesse mais peso que outro. No entanto houve maior dificuldade com um dos perfis, o que acabou resultando em um número minoritário de pessoas dessa posição, não houve um planejamento nem intenção para reunir um número maior de pessoas com esse ou aquele posicionamento."*

Esta Carta reúne as recomendações que construímos a partir desse processo. Elas refletem as diferentes perspectivas que compartilhamos e o resultado das deliberações que, enquanto grupo, consideramos necessários para que a atuação das polícias em São Paulo torne a cidade mais segura para os jovens que vivem e circulam por ela.

II - UM GRUPO DIVERSO E QUESTÕES DIFÍCEIS

Ao longo do Minipúblico percebemos que deliberar sobre a atuação das polícias que fazem a segurança pública, entre pessoas que pensam de maneiras diferentes, é possível, mas não acontece de forma automática. O grupo era diverso, composto por 23 jovens com diferentes idades, posicionamentos políticos, raça/cor e gênero, e o tema, difícil, constituído a partir de experiências pessoais, opiniões distintas e questões sensíveis. Em alguns momentos surgiram pontos polêmicos dos quais não chegamos a um acordo, e entendemos que isso também faz parte de uma deliberação. Em muitos outros, porém, conseguimos encontrar pontos de convergência e construir caminhos comuns. Esta carta é resultado desse esforço coletivo.

Embora todos tenham tido espaço para argumentar e participar das atividades, posteriormente um participante trouxe à atenção da coordenação que se sentiu (e acredita que outras quatro pessoas com quem tinha tido mais afinidade de posicionamento político também), desrespeitado pelas reações faciais ou comentários em voz baixa de outros participantes quando estavam expondo algumas de suas opiniões. Lamentamos que alguns tenham se sentido assim.

> *"Sobre a questão do desrespeito, cabe deixar registrado também momentos em que participantes se sentiram ofendidas por opiniões manifestadas durante o debate, por exemplo relativas a aparência e vestuário [...]. Apesar dessas tensões, divergências e da dificuldade do tema, ninguém perdeu o controle, interrompeu ou tentou ocupar o espaço de fala do outro."*
>
> *(Participante do Minipúblico)*

É importante dizer que foram registradas na carta posições contrárias ao que a maioria aprovou. E que nada disso impede que, mesmo se sentindo minoria e discordando em alguns pontos, esses participantes assinem essa carta.

A facilitação teve um papel essencial nesse processo. A mediação nos ajudou a organizar as diferentes posições e, principalmente, a perceber que, mesmo quando discordávamos sobre uma proposta, havia questões em que compartilhávamos preocupações. Ter alguém preparado para conduzir a conversa, organizar os argumentos e trazer o grupo de volta ao ponto central fez diferença.

Também entendemos que a possibilidade de deliberar esteve relacionada à forma como fomos convidados a participar. Estávamos ali por vontade própria, dispostos a falar, mas também a ouvir. Reconhecemos que nem sempre conseguimos escutar o outro com toda a atenção necessária, mas, de modo geral, construímos um ambiente em que diferentes opiniões puderam ser apresentadas.

As trocas também ampliaram nosso olhar sobre o próprio problema. Ao longo das sessões, ouvimos relatos e pontos de vista sobre situações que alguns de nós desconhecíamos. Para nós, essa possibilidade de acessar outras informações, conhecer outras realidades representou uma oportunidade de olhar para o mesmo problema por outros ângulos. Acreditamos, portanto, que espaços de participação como o Minipúblico fazem sentido quando conseguem reunir diversas perspectivas e garantir que todas tenham espaço para se expressar.

> *"Missão voltada a se relacionar, escutar e aprender com outras pessoas que diferem do seu pensamento, mas que também merecem respeito e dignidade."*
>
> *(Jovem Participante do Minipúblico)*

III - NOSSOS PRINCIPAIS CONSENSOS

1. A sensação de insegurança está presente em vários espaços da cidade

Reconhecemos que há uma sensação de insegurança em diferentes regiões de São Paulo, seja em espaços públicos ou privados, e isso afeta a maneira de viver, transitar e olhar a cidade.

2. A abordagem policial pode comprometer a segurança quando é baseada em preconceitos e estereótipos

Nesse sentido, ao falarmos sobre segurança e atuação policial na cidade, consideramos necessário ter em mente essas interferências.

3. A segurança é um direito que deve ser assegurado a todos os indivíduos

Reconhecemos que a preservação do cidadão é um direito fundamental que deve ser garantido integralmente, inclusive para os prestadores dos serviços de segurança, devendo existir condições adequadas para lidar com os riscos existentes no exercício de suas profissões.

4. As políticas de segurança devem considerar a realidade vivida pelas mulheres

Reconhecemos que mulheres vivenciam situações específicas de insegurança na cidade de São Paulo, que se relacionam ao medo diário do assédio e das diversas formas violência, especialmente física, sexual e psicológica e o risco de não retornar para casa em segurança. Por isso, consideramos necessário que as políticas de segurança levem essas experiências em conta.

5. Interface da segurança com outros direitos, como o da cultura, do lazer e da mobilidade

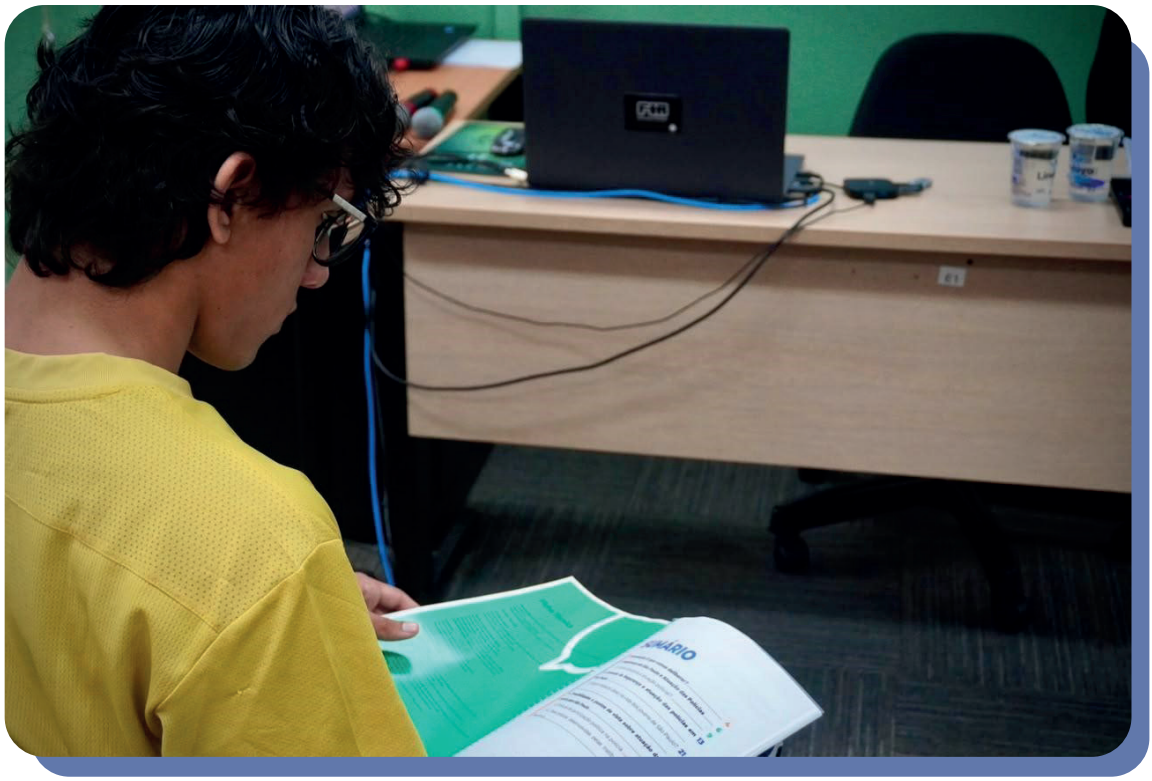
A segurança também está relacionada com o acesso à cultura e ao lazer. Discutimos a importância de espaços para a sociabilidade entre jovens e como as condições de segurança da cidade podem ampliar ou restringir a nossa participação nessas atividades. Portanto, é necessário considerar o diálogo com outras políticas e direitos para que os jovens possam se deslocar pela cidade e participar da vida urbana com segurança.

IV - NOSSO TRABALHO NO MINIPÚBLICO

Ao longo de quatro encontros, realizados entre os dias 15 e 29 de agosto de 2026, tivemos a oportunidade de participar de diferentes momentos de informação, troca e deliberação. Três encontros aconteceram presencialmente, nas salas da FIA Business School, enquanto o segundo foi realizado em formato virtual.

Antes das nossas sessões, também contamos com a contribuição de um Grupo de Conteúdo, formado por especialistas e atores-chave com o propósito de ampliar e qualificar o debate[1]. A partir de diferentes perspectivas e argumentos, o grupo reuniu representantes de organizações da sociedade civil que atuam com juventudes e segurança pública, profissionais da área de segurança e especialistas acadêmicos. Essa etapa foi importante para que tivéssemos contato com diferentes formas de compreender o tema e pudéssemos construir nossas próprias posições a partir de um repertório mais amplo.

No nosso primeiro encontro fomos apresentados ao projeto e conhecemos melhor os objetivos e funcionamento de um minipublico. Recebemos também o Caderno de Conteúdo, instrumento importante da etapa informativa. Nesse primeiro contato, debatemos nossas percepções iniciais de situações e locais em São Paulo que despertam em nós sensações de insegurança, dando os primeiros passos a partir da pergunta-guia que orientou o projeto.



[1] O Grupo produziu o Caderno de Conteúdo para servir de material de consulta dos jovens sobre o tema da segurança pública em São Paulo. Link do material: https://drive.google.com/drive/folders/1gp3aB72fzto4ZDy9hrnUQzqAYFNskLOg?usp=drive_link

A segunda sessão aconteceu de forma online e teve como foco ampliar nosso olhar sobre a segurança pública e as diferentes atuações das polícias. Pudemos interagir com um especialista do Grupo de Conteúdo, Emannuel de Oliveira, que explicou os conceitos de segurança objetiva e subjetiva, trazendo novos elementos e dados. Depois da apresentação, tivemos espaço para conversar e fazer perguntas ao convidado. Discutimos também os limites e possibilidades de políticas de segurança focadas no uso de câmeras.

Na terceira sessão, retomamos o formato presencial e passamos a nos dedicar principalmente à deliberação de propostas, existentes ou ainda previstas. O encontro começou com a exibição de vídeos gravados por duas integrantes do Grupo de Conteúdo: Danielle Tsuchida representante do Instituto Sou da Paz e Izabella Correa, representando a OAB-Poá, que apresentaram perspectivas sobre segurança pública. Além de ouvirmos sugestões de políticas que priorizam um policiamento ostensivo na cidade de São Paulo, a partir da reprodução de falas de representantes públicos. A partir dessas provocações, registramos nossas inquietações e impressões sobre as perspectivas apresentadas e discutimos o papel das Polícia Civil e Militar e da Guarda Civil Municipal.

Na sequência, conhecemos um “Cardápio de Propostas” de ações, composto por diferentes propostas. Subdivididos em grupos menores, analisamos e priorizamos essas alternativas considerando critérios como sua contribuição para a segurança objetiva, a percepção de proteção, os possíveis riscos e os limites indesejados de cada medida. Ao final, reunimo-nos novamente em plenária para compartilhar as escolhas de cada mesa, confrontar nossos argumentos e identificar onde conseguíamos chegar a acordos e onde permaneciam diferenças.















Nossa quarta e última sessão, realizada integralmente no formato de plenária, foi dedicada aos princípios comuns que deveriam orientar a introdução da nossa carta de recomendações e à sistematização de nossas recomendações. A partir desse debate, consolidamos entendimentos sobre questões como a insegurança urbana, a segurança dos policiais durante o exercício de suas funções e a proteção das mulheres.

Conseguimos aprofundar a discussão sobre as propostas que haviam despertado maior controvérsia na sessão anterior. A deliberação foi organizada em blocos temáticos relacionados ao papel e à atuação da PM e da GCM, ao uso da força, à segurança e ao policiamento comunitário, às ferramentas digitais e ao reconhecimento facial, além da gestão e da transparência, tópicos esses que serviram de base à confecção da presente Carta. Nesse processo, retomamos argumentos, apresentamos ressalvas, ouvimos posições diferentes das nossas e buscamos construir recomendações que representassem aquilo que conseguimos pactuar coletivamente.



Também tivemos a oportunidade de conversarmos sobre a experiência da participação, além de conhecermos um pouco mais a composição de perfil das pessoas inscritas e das que participaram efetivamente do minipúblico. A revelação abriu espaço para uma conversa sobre participação e a possibilidade de construir consensos entre pessoas que pensam de maneiras distintas. Encerramos essa trajetória refletindo não apenas sobre as recomendações construídas, mas também sobre o próprio processo de escuta, troca e deliberação que nos trouxe até elas. Por fim, recebemos nossos certificados, marcando o encerramento dos quatro encontros que compuseram nossa participação no minipúblico.

V - RECOMENDAÇÕES DO MINIPÚBLICO PARA A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

EIXO I - O PAPEL E ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E DA GUARDA CIVIL

Dividir as responsabilidades entre as forças de segurança para qualificar o atendimento às ocorrências

1.1. Recomendamos que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e os fiscais das subprefeituras assumam prioritariamente o atendimento às ocorrências relacionadas à perturbação do sossego e a delitos de menor gravidade, permitindo que a Polícia Militar concentre sua atuação em crimes graves e situações que demandem maior capacidade de resposta.

Entendemos que uma divisão mais clara das responsabilidades entre as forças de segurança pode melhorar a segurança da população e reduzir a sensação de insegurança.

Fortalecer uma atuação policial comunitária, preventiva e próxima dos territórios

1.2. Recomendamos o fortalecimento de uma polícia comunitária, com agentes preparados para estabelecer relações de proximidade e confiança com os moradores, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

A atuação deve priorizar prevenção, diálogo e conhecimento do território, incluindo iniciativas em que agentes comunitários de segurança pública mantenham contato continuado com as famílias e a comunidade, de forma semelhante à atuação dos agentes comunitários de saúde.

Ao implementar ações policiais em territórios considerados de risco, recomendamos que sejam considerados seus impactos sobre a população local, evitando que a presença policial produza novas situações de insegurança ou conflito.

EIXO II - USO DA FORÇA

Ampliar e qualificar o uso de câmeras corporais pelas forças policiais

2.1. Recomendamos o desenvolvimento e a ampliação da política de uso de câmeras corporais pelas forças policiais. Consideramos que as câmeras podem contribuir para a proteção dos cidadãos, para a segurança dos próprios policiais e para dar mais transparência às abordagens e demais ações realizadas durante o trabalho policial. Ao mesmo tempo, ressaltamos que a política precisa considerar a privacidade dos policiais e possíveis interferências e constrangimentos nas condições de sua atuação em serviço.

2.2. O uso das câmeras deve acompanhar a atuação policial, com recursos como áudio e sensores de movimento, a partir de regras claras sobre seu acionamento, funcionamento, fiscalização e gestão dos registros.

Durante nossos debates, houve um dissenso sobre o direito à privacidade dos policiais. Enquanto parte do grupo, majoritariamente, defendeu maior exposição e controle sobre a atuação dos agentes públicos que lidam com a vida e segurança das pessoas, outra parcela apontou possíveis impactos da gravação contínua, especialmente com áudio, que pode interferir na privacidade e gerar algum nível de constrangimento na atuação policial.

Por isso, consideramos que os limites entre o registro e o direito à privacidade dos agentes devem ser discutidos e definidos previamente na regulamentação própria da política de câmeras corporais.

2.3. A gestão das imagens precisa ser transparente, com regras sobre o armazenamento, o acesso, a preservação e a utilização dos registros. Essas regras devem ser discutidas de forma aberta com a sociedade, considerando também o direito à privacidade e os direitos individuais dos policiais.

Por fim, entendemos que a ampliação das câmeras corporais deve ser acompanhada de mecanismos de responsabilização e controle, deixando claro que cabe ao policial cumprir as leis e os protocolos estabelecidos, não sendo sua função alterar a legislação ou as penas durante uma abordagem ou apreensão.

Algumas questões foram marcadas por dissensos entre os participantes. Nesses casos apontamos a posição que prevaleceu na deliberação e também os argumentos apresentados em sentido contrário.

Não recomendamos o armamento da GCM com fuzis, conforme decisão da maioria

2.4. Não recomendamos o armamento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) com fuzis, por entendermos que essa medida não contribui para a redução da sensação de insegurança nem para a melhoria da segurança objetiva.

O argumento majoritário foi de que o uso de fuzis pode aumentar a hostilidade e a violência e favorecer situações de abuso de poder. Também entendemos que não cabe à GCM, enquanto força de caráter municipal, assumir o combate ao crime organizado.

Por sua vez, a minoria contrária a essa recomendação considera que a GCM em algumas ocasiões fica exposta à ação de criminosos perigosos, o que traria a necessidade de portar fuzis.

Criação de espaços de lazer seguros

Conhecemos uma proposta de ação que recomendava a utilização de veículos blindados para atuar na dispersão de bailes funk. A partir do debate, percebemos que havia posições antagônicas no grupo. Parte dos participantes reconheceu problemas relacionados a esses eventos, como tráfico de drogas, impactos no sossego e descanso de moradores, exposição de crianças e adolescentes e episódios de violência contra a mulher.

Ao mesmo tempo, outros participantes destacaram o direito ao lazer e à cultura, e a importância de espaços para a sociabilidade, chamando atenção para situações nas quais a abordagem policial assume um caráter repressivo e violento somente nas periferias. Interpretamos, em maioria, que há diferenças na forma como conflitos relacionados ao lazer são tratados nesses ambientes.

2.6. Recomendamos que o poder público crie e disponibilize espaços acessíveis e seguros para atividades de lazer e cultura, buscando alternativas que permitam a convivência entre diferentes usos da cidade.

Enquanto essas alternativas não estiverem disponíveis, é necessário observar a forma como as forças de segurança atuam nesses ambientes, com procedimentos que respeitem os direitos dos frequentadores e responsabilize condutas que ultrapassam os limites da atuação policial, sobretudo em situações nas quais não há resistência por parte dos frequentadores. A criação de alternativas de lazer e a salvaguarda de direitos pelos agentes de segurança devem caminhar juntas, contribuindo para enfrentar conflitos sem reforçar estigmas sobre os territórios periféricos e as pessoas que os habitam e frequentam.

Houve dissenso em relação à utilização de veículos blindados para atuar na dispersão de bailes funk por uma minoria dos participantes, que a considerou uma proposta válida, argumentando que os policiais precisam estar seguros para exercer sua autoridade em situações onde comprovadamente haja criminosos armados.

Valorizar e melhorar a remuneração dos policiais

2.6. Recomendamos políticas de valorização dos bons policiais, com melhores condições de trabalho e remuneração adequada, reconhecendo os riscos e a importância de sua atuação. Consideramos que a valorização profissional deve estar associada a critérios que permitam identificar e responsabilizar condutas inadequadas, e não simplesmente ao cumprimento de metas quantitativas.

Não chegamos a um acordo acerca de bonificações por performance, então a definição de um eventual mecanismo de incentivo deve ser baseada em indicadores de qualidade e efetividade da atuação policial, e não na quantidade de prisões ou apreensões realizadas. Para isso, é necessário produzir e disponibilizar dados que permitam avaliar a eficiência e os resultados das políticas de segurança pública.

Avaliar a viabilidade do Batalhão Boné Laranja

Conhecemos a proposta do Batalhão Boné Laranja, do governo estadual de Pernambuco e discutimos seu possível uso na cidade de São Paulo, especialmente em situações relacionadas a eventos e à localização de pessoas. Parte do grupo considerou a iniciativa interessante e avaliou que ela poderia ser útil, inclusive por partir da compreensão da polícia como uma aliada da população.

Ao mesmo tempo, houve quem questionasse sua viabilidade e praticidade, principalmente diante da necessidade de investimentos para sua implementação. Por isso, não chegamos a um consenso sobre a proposta.

Consideramos que a iniciativa pode ser testada e avaliada, desde que sejam analisados seus custos, sua viabilidade e os resultados alcançados antes de uma eventual ampliação.



EIXO III – FERRAMENTAS DIGITAIS E RECONHECIMENTO FACIAL

Priorizar o atendimento humanizado

3.1. Consideramos necessário melhorar, antes de ampliar soluções digitais, as condições de atendimento presencial nas delegacias.

No que se refere ao registro de ocorrências de crimes e delitos, não recomendamos que a digitalização seja tratada como solução suficiente para melhorar o atendimento da segurança pública.

Conhecemos uma medida que prevê o registro de ocorrências por aplicativos de mensagens e a integração, durante o atendimento do 190, entre câmeras, leitura de placas e bancos de dados criminais. Na discussão, avaliamos que a iniciativa pode ampliar a quantidade de registros, mas isso não significa, necessariamente, melhorar a qualidade do atendimento ou da resposta às ocorrências. Para nós, o registro por meios digitais pode facilitar o processo da ocorrência, mas não substitui a escuta e a interação real com quem procura ajuda.

Reforçar o DHPP com equipes e recursos para acompanhar os casos de homicídio

3.2. Investimento nos Departamentos de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), com mais efetivo e recursos periciais, permitindo que uma mesma equipe acompanhe cada caso desde o início da investigação até sua conclusão, ajudando a enfrentar problemas de comunicação e articulação entre as diferentes forças policiais.

Consideramos positiva a possibilidade de manter a continuidade do trabalho de investigação, favorecendo a finalização adequada dos casos e aumentando a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

Reconhecemos, entretanto, que se trata de uma medida voltada principalmente à investigação após a ocorrência do crime e que, portanto, não atua diretamente sobre sua prevenção.

Consideramos que a iniciativa pode ser testada e avaliada, desde que sejam analisados seus custos, sua viabilidade e os resultados alcançados antes de uma eventual ampliação.

Manter e aprimorar o programa Meu Celular de Volta

3.3. Propomos a implantação do programa Meu Celular de Volta na cidade de São Paulo, por considerarmos que a possibilidade de recuperação do aparelho pode contribuir para desestimular, ainda que parcialmente, os roubos e furtos de celulares.

Ao mesmo tempo, o grupo reconheceu que a recuperação do bem não elimina os prejuízos sofridos pela vítima. Por isso, é importante que a iniciativa seja aprimorada para garantir resultados efetivos para quem teve o celular roubado ou furtado.

Priorizar aplicativos de proteção com geolocalização

3.4. Aplicativos de proteção com geolocalização devem ser priorizados como ferramenta de prevenção e proteção, especialmente em situações de violência contra mulheres.

Conhecemos a proposta de um modelo nacional que, além de permitir a localização, alerta a vítima quando o agressor se aproxima e reúne informações que podem contribuir para diagnósticos preventivos. As duas perspectivas apresentadas pelo grupo avaliaram que a ferramenta pode melhorar tanto a sensação de segurança quanto a segurança objetiva, inclusive por dar à vítima mais tempo para fugir ou pedir ajuda.

Para que a medida seja efetiva, recomendamos que as pessoas que utilizarão o aplicativo recebam orientação sobre seu funcionamento e sobre como agir diante de uma situação de risco.

Ampliar o rastreamento da origem de armas apreendidas

Entendemos a importância da existência de delegacias especializadas no rastreamento da origem de armas apreendidas, especialmente de armamentos de maior poder de fogo. Reconhecemos que a medida não atua diretamente sobre a sensação de insegurança e que seu impacto sobre a redução da criminalidade pode ser indireto, além de debatermos que existem dificuldades técnicas para realizar esse rastreamento em alguns casos, como quando a numeração da arma foi raspada ou sua origem não pode ser identificada.

3.5. É uma ação que merece estar presente nesta carta de recomendações pela importância da produção de dados sobre a origem e a circulação dos armamentos.

Reconhecimento facial com verificação antes da abordagem

3.6. Recomendamos o uso do reconhecimento facial como ferramenta de apoio à identificação de pessoas procuradas, inclusive em eventos com grande circulação de pessoas.

Consideramos que a ferramenta pode melhorar a segurança, mas apontamos duas ressalvas: a possibilidade de um viés racial dos algoritmos e a ocorrência de erros na identificação. Por isso, recomendamos que para cada abordagem haja um protocolo de verificação da identificação antes de qualquer ação policial.

Transparência sobre os resultados e os recursos da segurança pública

3.7. Recomendamos desenvolver acesso da população a informações sobre a segurança pública, incluindo dados sobre orçamento, indicadores e resultados das políticas implementadas. Consideramos importante que esses indicadores sejam públicos e compreensíveis. A transparência deve permitir que a sociedade acompanhe como os recursos são utilizados e quais resultados as políticas de segurança relacionadas à atuação policial estão alcançando.

Consideramos relevante o Placar da Segurança como uma forma de disponibilizar e tornar mais acessíveis essas informações.

EIXO IV – SEGURANÇA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Expandir o programa Vizinhança Solidária com participação da comunidade

4.1. Fomos informados sobre o Programa da Polícia Militar ativo em mais de 600 núcleos no estado de São Paulo. Reconhecemos de forma unânime sua importância e manutenção. Entendemos que a presença de agentes com vínculo e conhecimento da comunidade pode ampliar o senso de pertencimento e criar canais para que os moradores apresentem problemas e demandas específicas dos seus territórios. Para nós, a prevenção e o diálogo devem ocupar um lugar central nessa relação, evitando que a atuação policial fique concentrada apenas na punição.

Nosso único adendo refere-se à necessidade da definição de critérios claros para a seleção dos moradores que participam do programa, de modo que essa escolha seja feita de forma adequada à proposta de aproximação com a comunidade.

Reforçar a participação nos CONSEGs

Concordamos que espaços como os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) são importantes porque possibilitam espaços de diálogo entre moradores, forças de segurança e poder público.

4.2. Consideramos necessário aumentar e melhorar a divulgação desses espaços para que mais pessoas conheçam sua existência e possam participar. Além disso, sugerimos que sejam discutidos critérios de eleição e participação que contribuam para uma composição representativa dos diferentes grupos da comunidade, incluindo lideranças e outros segmentos da população.

Acreditamos também que a presença da juventude em um CONSEG é uma possibilidade participativa de apresentar demandas relacionadas à segurança.

Garantir profissionais preparados para atuar nos Guardiões da Infância

Consideramos que esse tipo de ação é positiva por contribuir para a aproximação com crianças, adolescentes e suas famílias e trabalhar, inclusive, a prevenção de situações de risco no ambiente digital, desde que os profissionais estejam preparados para atuar no ambiente escolar e para lidar com as questões específicas desse público.

4.3. Recomendamos que as atividades do Guardiões da Infância contem com profissionais homens e mulheres na condução das palestras e orientações, especialmente diante de temas relacionados ao assédio e à proteção de crianças e adolescentes.

Por uma atuação preventiva da Ronda Escolar da PM e a Proteção Escolar da GCM para uma atuação preventiva

4.4. Recomendamos a manutenção e o fortalecimento da Ronda Escolar da Polícia Militar e da Proteção Escolar da GCM, com **capacitação específica para os profissionais que atuam nas escolas.**

Essa preparação deve considerar as particularidades do ambiente escolar e a forma adequada de lidar com estudantes, especialmente por se tratar de um público mais vulnerável. A atuação deve priorizar a prevenção e estar preparada tanto para situações graves quanto para problemas cotidianos que afetam a segurança nas escolas.

Consideramos importante encontrar um equilíbrio entre a necessidade de proteção diante de situações de violência extrema, como ataques em escolas, e o tratamento adequado de ocorrências que também exigem atenção, como o uso de drogas entre adolescentes. Embora a abordagem policial seja essencial para lidar com situações de uso de substâncias em espaços públicos, ela não é a única resposta ao problema. É necessário considerar as condições familiares e sociais em que esse jovem está inserido e garantir formas de amparo que integrem outros serviços e políticas públicas.

4.5. Propomos que sejam estabelecidos **protocolos sobre a forma de atuação policial dentro das escolas**, inclusive em situações em que dispositivos de acionamento de emergência sejam utilizados.

Por fim, entendemos que a atuação nas escolas deve priorizar a proteção, a prevenção e o diálogo.



ASSINAM ESTA CARTA:

Alice Sader Biancalana
Ana Beatriz Salles Cardozo
Anna Luiza Sousa Cruz Felix
Beatriz Carolina da Silva Oliveira
Beatriz da Rocha Silva
ÉbanoTelles da Silva
Felipe Fernandes dos Santos
Gustavo Moreira Oliveira
Ingrid Mendes Veiga
Isabelli Bocci Lopes
Johnny Gabriel Silva Santos
JuliaTeresa Fernandes
Ioannis Casarini
Marcela Pinheiro
Maria Eduarda Alves Araujo
Maria Eduarda Ramos Baracho do Carmo
Maria Gabrielle Xavier Oliveira
Matheus Vinícius Soares Mesquita
Milenne Carvalho
Pedro Andrade Oliveira
Rafael Sousa Bueno
Rian Alves dos Santos
Sarah Peixoto Villalobos Martins



MINIPÚBLICO

Jovens e Segurança na Cidade de São Paulo